

Punir e não negociar

Para impor um projeto de Universidade

O momento peculiar que vivemos na Unicamp, com reivindicações por melhores salários e por uma política salarial que preserve nosso poder aquisitivo, faz acirrar uma diferença profunda entre concepções de universidade defendidas por diferentes grupos que constituem a comunidade universitária, concepções que têm circulado muito mais entre os docentes mas que necessariamente deverão ser debatidas por servidores e estudantes.

No interior da diferença de posições a propósito de planilhas, comprometimentos, salários, políticas salariais, dotação orçamentária etc. emerge uma outra diferença, esta essencial, entre dois projetos de universidade filiados a duas concepções de sociedade e do papel do Estado na organização, estruturação e atuação na área econômica.

Para aqueles que defendem um Estado mínimo, o compromisso público com a educação, com a criação de ciência e tecnologia e com as relações de trabalho deve também reduzir-se ao mínimo. O mercado "regularia" as relações econômicas, e o projeto de universidade a implantar-se será aquele que defenderá a não isonomia salarial, a existência de índices diferenciados de reajustes, a universidade como o espaço de prestação de serviços demandados pelas empresas etc. E neste balcão de negócios, os "supostamente competentes" estabelecem-se carreando recursos para a universidade e suplementações salariais para seus bolsos. Constituem-se fundações privadas, estabelecem-se convênios, a pesquisa se torna orientada pelos interesses a que atende. Encontram financiamentos aqueles que "expõem suas mercadorias" desde que estas mercadorias atendam às demandas e digam aquilo que se quer ouvir.

As necessidades sociais que não chegam a expressar-se como demandas organizadas, porque necessidades de uma população sem espaços políticos constituídos, são deixadas de lado e nada significam para um tal projeto de universidade.

É neste sentido que fatos, patrocinados pela Reitoria e ocorridos ao longo do nosso movimento, aparentemente isolados, revelam-se, lamentavelmente, harmônicos e orquestrados no projeto de universidade cuja implantação a

Reitoria atual quer aprofundar, custe o que custar.

É significativa a distribuição pelo reitor do documento "Mobilizar e Politizar: um desafio para todos", elaborado por docentes do Instituto de Economia ao decidirem unilateralmente retornar às aulas. O gesto revela mas do que apoio, sobretudo revela as fontes inspiradoras do projeto neo-liberal que se quer implantar. Em nome da suposta falência do Estado (sem dizer que esta falência resulta do assalto ao público pela ganância do privado), defende-se um menor compromisso do Estado com a Universidade; em nome das demandas sociais, defende-se a não isonomia salarial e índices diferenciados de reajustes segundo "produtividade" quantitativamente controladas. Parece que a competência de cada um não é gerada historicamente e não resulta de uma determinada forma de inserir-se na sociedade. As diferenças devem passar por "naturais" e devem ser aprofundadas na organização de uma instituição universitária voltada para o mercado!

A intransigência nas negociações, revelada pela atuação do CRUESP e seus representantes, não é mera má vontade. Trata-se de endurecer para produzir o esfacelamento das reivindicações unificadas. Depois do endurecimento, terminada a greve, cada um recorra ao mercado para encontrar soluções individuais para seus salários: o mercado é "rico" em ofertas, mas é unísono na mesma cobrança - una-se a nós, pense como nós e entre nós você sobressairá disse e diria o poeta Brecht.

As punições daqueles que não se conformam com tal projeto é como a pitada de tempero da mesma refeição a ser engolida por todos. Encontre-se justificativa para punir, qualquer que ela seja, desde que através dela se realize a necessária limpeza do terreno para implantar o projeto que se quer. Aqueles que mais alto falam contra a proposta devem ser os primeiros a serem silenciados. Construam-se, para tanto, condições de suas ações e fundamentem-se a decisão em qualquer lei que dê respaldo a ação punitiva. É preciso mais silêncio para que o projeto de universidade atente a demandas daqueles que detêm o poder econômico se instaure, se estabeleça e venha para ficar.

Portaria suspende servidores

Portaria do Reitor suspende 5 funcionários celetistas e Portaria do Coordenador da Diretoria Geral de Recursos Humanos suspende 8 servidores, entre os quais, o professor José Vítório Zago. Destes 13 servidores punidos, 7 são diretores do STU, sendo que um deles sequer participou da concentração no Restaurante pois encontrava-se em gozo de férias!

Docentes do IE manifestam-se favoráveis à greve

No último dia 9/06, a Adunicamp recebeu abaixo-assinado de 8 docentes do Instituto de Economia declarando que "o retorno às atividades regulares no Instituto de Economia é parcial e não reflete a opinião da totalidade de seus docentes". Os professores esclarecem ainda que "permanecem em greve, reiterando a sua solidariedade e adesão às decisões das assembleias da Associação de Docentes da Unicamp (Adunicamp)".

A Adunicamp congratula-se com esses colegas pelo respeito às formas e instâncias democráticas de decisão de nossa entidade.

A greve e seu cotidiano

Os últimos acontecimentos

09/06/94

• **MANHÃ**

Funcionários realizam assembléia no Restaurante do HC.

CR ampliado da Adunicamp decide que a diretoria se desloque para o Restaurante do HC e invide todos os seus esforços para colocar-se como intermediária na relação Reitoria/STU. A diretoria não consegue ser recebida pela Reitoria ou vice-Reitoria. A Reitoria prefere a via judicial e pede judicialmente reintegração de posse.

• **TARDE**

A Reitoria obtém mandado judicial de reintegração de posse.

CR ampliado da Adunicamp reúne-se às 16:00 horas para avaliação.

• **NOITE**

Reunião do Fórum das Seis. Nela são encaminhadas as propostas da realização do ATO S.O.S. EM DEFESA DA UNIVERSIDADE, promoção conjunta na Unicamp, dia 15/06/94 (quarta-feira); manifestação pública e externa, com enterro simbólico dos três Reitores e concentração na Av. Paulista, unindo-se à manifestação da área de Saúde; indicativo ao Sintusp de desocupação do saguão da Reitoria da Usp.

STU retira-se do Restaurante do HC.

10/06/94

• **MANHÃ**

Em assembléia, Sintusp aprova indicativo do Fórum e acompanha manifestação pública, com a realização do enterro simbólico e concentração na AV. Paulista.

CR ampliado da Adunicamp faz reunião de avaliação e encaminha propostas para assembleia geral.

• **TARDE**

Assembléia Geral da Adunicamp aprova continuidade da greve e é informada dos atos da Reitoria de controle de frequência e punição de servidores, incluindo o docente José Vitorio Zago. Foram aprovadas:

1. Ato Público - SOS em Defesa da Universidade, quarta-feira, às 14:00 horas, APEU.
2. Criação de Fundo de Greve, na forma de uma mensalidade extraordinária, no próximo recebimento.
3. Recomendação de que os colegas diretores não encaminhem as listas diárias de frequência solicitadas em ofício de 09/06/94 do Reitor.
4. Moção de repúdio à atitude da Reitoria de punição de funcionários, de dirigentes sindicais e do colega José Vitorio Zago, com exigência de revogação imediata e reabertura de negociações.
5. Concentração conjunta da Adunicamp e STU, em frente à Reitoria, logo após a assembléia geral de segunda-feira.
6. Realização de assembléias conjuntas da Adunicamp, STU e DCE.
7. Inclusão, na pauta das próximas assembléias, de discussão da reposição de aulas.
8. Realização de mesa-redonda das entidades universitárias sobre a situação das Universidades Estaduais Paulistas, na SBPC, em julho, em Vitória-ES (Proposta encaminhada ao Fórum).
9. Retomada das convocações e auto-convocações dos órgãos colegiados da Unicamp, inclusive CONSU, para tomadas de posição e manifestações face aos últimos acontecimentos.

• **FINAL DA TARDE E NOITE**

Encaminhada, na forma de fax, aos diretores de Unidades de Ensino e Pesquisa, de Atendimento e Serviços, a recomendação de não entrega de listas diárias de frequência.

Redação de moção de repúdio ao ato de punição do reitor e deslocamento à Reitoria para entrega da Moção. A diretoria foi acompanhada por aproximadamente 40 colegas, tendo sido recebida uma comissão de 10 docentes (membros da diretoria e da representação docente no CONSU). A reunião com o Reitor, alguns pró-Reitores e três diretores encerrou-se às 23:00 horas.

Assassinato de sindicalistas

O Diretor da Fasubra (Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras) e do SintUfscar e sua esposa, também sindicalista, foram assassinados na noite de sábado, 11/06, em sua residência. Nada foi roubado do local e suspeita-se de crime político.

A Adunicamp está encaminhando solicitação ao Ministério da Justiça e imediata apuração dos fatos e punição dos assassinos.